



CALRE

Conferência das Assembleias Legislativas Regionais
Europeias

RELATÓRIO

Síntese das reuniões do Comité Permanente e da Assembleia Plenária da CALRE de 2024, realizadas por videoconferência no dia 23 de janeiro de 2025, sob a Presidência de José Manuel Rodrigues.

Assembleia Legislativa da Madeira
ALRAM



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA | CONFERÊNCIA DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS REGIONAIS EUROPEIAS

CALRE – CONFERÊNCIA DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS REGIONAIS EUROPEIAS

No dia 23 de janeiro de 2025 foram realizadas as primeiras reuniões do ano da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias (CALRE), com o propósito de discutir os trabalhos realizados em 2024 e definir as estratégias de afirmação no quadro das políticas europeias. O Presidente cessante de CALRE, José Manuel Rodrigues, convocou para o primeiro mês do ano o Comité Permanente e o Plenário da CALRE, com uma agenda bastante preenchida.

Perante a crise política que marcou a Madeira no último ano, José Manuel Rodrigues entendeu não haver condições para a realização de uma reunião magna, presencial, na Região com os Presidentes de todas as Assembleias Regionais com capacidade legislativa, pelo que o encontro realizou-se por videoconferência, que foi transmitida na CALRE TV, o canal da instituição no YouTube (<https://www.youtube.com/@calre>).

A reunião do Comité Permanente da CALRE teve início às 11 horas do dia 23 de janeiro, hora local. José Manuel Rodrigues começou por fazer um balanço das iniciativas desenvolvidas no ano de 2024 e falar da necessidade de reforçar a política de coesão europeia.

Depois aconteceram as apresentações das candidaturas à Presidência da CALRE 2025 e das propostas para a criação de novos grupos de trabalho, culminando, a reunião, com a intervenção dos membros da CALRE.

A parte da tarde foi reservada à Assembleia Plenária, onde foram votadas as propostas delineadas no Comité Permanente e eleita a nova Presidência da CALRE para este ano, que foi entregue às Ilhas Canárias.



REUNIÃO DO COMITÉ PERMANENTE DA CALRE

Enquadramento

José Manuel Rodrigues tomou posse oficialmente como Presidente da CALRE a 7 de março do ano de 2024, numa cerimónia que trouxe à Região o Presidente do Parlamento de Bruxelas, Rachid Madrane, que havia detido a presidência desta instituição no ano de 2023. Foi um mandato em que o Presidente do Parlamento madeirense assumiu como prioridade o reforço do “poder da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais junto das diversas instituições da União Europeia, nomeadamente na construção do processo legislativo”, bem como “robustecer o peso dos Parlamentos e dos Governos Regionais, como mediadores entre as instituições europeias e os cidadãos”, de modo a cimentar a “construção de uma verdadeira cidadania europeia”.

O trabalho desenvolvido pela presidência da CALRE em 2024

No Comité Permanente da CALRE José Manuel Rodrigues explicou todas as iniciativas promovidas em representação dos Parlamentos europeus.

Logo a 10 de abril, na Comissão para a Cidadania, Governação, Assuntos Institucionais e Externos (CIVEX) do Comité Europeu das Regiões, o líder madeirense propôs uma “subsidiariedade ativa” e “novos mecanismos de relacionamento dos Parlamentos Regionais na vida institucional da União”, tendo sugerido, ainda, a “criação de um Senado das Regiões, numa futura reforma institucional da União Europeia”.

A 26 de Julho, o Presidente da CALRE endereçou uma carta aos Presidentes do Conselho Europeu, António Costa, do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a pedir o reforço do poder da CALRE “junto das diversas instituições da União Europeia (UE)”,



onde solicitou, também, uma nova da Política de Coesão no próximo Quadro Comunitário de Apoio; condições essenciais, considera, para “um desenvolvimento harmonioso da União Europeia”. Nesta missiva José Manuel Rodrigues reivindicou para a Conferência mais autoridade “na construção do processo legislativo, em linha com a implementação da Política de Coesão da União Europeia”, de modo a assegurar que “as políticas comuns europeias sejam adaptadas a esses territórios, em função das suas singularidades, visando uma verdadeira Política Europeia de Coesão Social, tendo presente que as Regiões Ultraperiféricas são decisivas para a dimensão política e estratégica da União Europeia no Mundo”. Uma posição que foi articulada com o Presidente do Comité das Regiões da União Europeia, Vasco Cordeiro.

Já em Paris, no Encontro Internacional pela Paz promovido pela Comunidade de Sant’Egídio, entre os dias 22 e 24 de setembro de 2024, o Presidente da CALRE e do Parlamento madeirense, perante os representantes das principais religiões e governantes mundiais, e



personalidades da sociedade civil e da cultura de 27 países, venceu a urgência de haver uma maior proximidade entre os povos, mais respeito pelas culturas, e uma maior eficácia da Organização das Nações Unidas (ONU) na mediação dos conflitos. Estas três diretrizes são, para José Manuel Rodrigues, elementos essenciais para a promoção e manutenção da Paz, e para a existência sociedades mais tolerantes e respeitadoras das diferenças, em todo o mundo.

O Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira aproveitou o Encontro Internacional pela Paz para questionar o papel da Organização das Nações Unidas (ONU). “A melhor demonstração de que a ordem internacional que construímos, desde meados do século passado, está ultrapassada é o falhanço da Organização das Nações Unidas na mediação dos recentes conflitos que eclodiram em



várias zonas do mundo”, começou por referir o líder do principal órgão de Governo próprio da Madeira.

“Hoje, esta instituição não é respeitada pelos Estados, as suas decisões não são acatadas, o seu espaço de mediação tornou-se num diálogo de surdos e ninguém parece estar interessado em reformar esta organização e dar-lhe um novo impulso para prosseguir os objetivos para os quais foi criada”.

Por isso, José Manuel Rodrigues entende que está na altura “de as nações desunidas refletirem sobre o que querem fazer da ONU e se querem que ela possa ser, como já o foi no passado, a grande organização mundial capaz de antecipar e travar conflitos, decisiva e eficaz na mediação entre países, para evitar guerras, influente e respeitada por todos os que assinaram a sua Carta Fundamental”.

“A verdade é que a Organização das Nações Unidas já não reflete nos seus poderes e equilíbrios a evolução do mundo, o desenvolvimento registado nos vários continentes, o crescimento dos diversos Estados, o peso de cada país na economia e na política internacional, a importância de cada uma das nações no contexto geopolítico, e aqui radica a sua desconexão com a realidade dos dias que vivemos e a sua perda acentuada de importância como organismo maior, onde deveriam confluir os superiores interesses da Humanidade.

José Manuel Rodrigues encontrou-se com o Cardeal Matteo Maria Zuppi, de Itália, tendo trocado impressões sobre o que se passa no mundo e sobre o papel que toda a sociedade deve ter na construção de pontes para o bem-comum e para o desenvolvimento social.





A Paz é possível, foi o sentimento, em tom de esperança, mais transmitido na sessão de abertura do Encontro Internacional para a Paz, que levou a Paris milhares de dirigentes religiosos, políticos e da sociedade civil, no qual participou, também, o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Manuel Rodrigues, a convite da Comunidade de Sant'Egidio e da Arquidiocese de Paris.

O Presidente da França, que presidiu à cerimónia, mostrou-se preocupado com o aumento do número de guerras. “Há mais de 50 conflitos em todo o mundo”, disse Emmanuel Macron perante uma plateia de mais de 3.500 pessoas que encheram o Palais de Congrès.



“A luta pela Paz tem de ser pelo diálogo”, começou por defender. Emmanuel Macron apontou a coexistência entre os povos como a chave para a Paz no Médio Oriente. “Imaginar a paz é um desafio porque a Paz é mais precária do que a guerra. A Paz é infinitamente mais frágil, disse. Por isso apelou à defesa da “reumanização”. “Para poder imaginar a paz é necessário reumanizar, compreender e estar no lugar do outro e as religiões têm um papel fundamental”, venceu o Presidente francês.

O fenómeno migratório da Europa também esteve em debate no Encontro Internacional para a Paz. Os problemas com que se deparam os diferentes países não tem uma solução fácil, mas os especialistas de todo o mundo entendem que é preciso atuar não só no acolhimento e na socialização, como também nos países de origem.



O Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira participou no Fórum denominado “Uma política de futuro para a migração”, uma temática de extrema importância para a CALRE, da qual José Manuel Rodrigues é, também, Presidente.



O líder madeirense recomendou que seja dada mais atenção à nova ordem política internacional, “porque as instituições que existem para regular essa ordem são do pós Segunda Guerra Mundial. O mundo já evoluiu muito e é necessário adequar essas instituições, designadamente a Organização das Nações Unidas, a própria União Europeia e a NATO, à nova realidade social, política e económica”. E desse ponto de vista, as migrações são um dos maiores desafios para a Europa, “que é procurada por pessoas que buscam novas oportunidades de vida, fugindo das guerras, dos conflitos, das perseguições políticas e religiosas, à pobreza e às alterações climáticas”, venceu o Presidente do Parlamento madeirense.

No Comité das Regiões, realizado a 25 de outubro de 2024, em Varsóvia (11.ª Conferência sobre Subsidiariedade), o Presidente da CALRE voltou a exigir uma “reforma da União Europeia” que dê mais “robustez à política de coesão”. José Manuel Rodrigues justificou a medida como uma forma de mitigar as “disparidades entre as regiões





mais ricas e as regiões mais pobres” e de combater os “imensos problemas” que essas diferenças geram.

A 21 de novembro, no Comité das Regiões Europeu, José Manuel Rodrigues foi representado pela Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, na reunião que teve por intuito manifestar o apoio da Aliança Europeia das Cidades e Regiões para a reconstrução da Ucrânia. Rubina Leal demonstrou a solidariedade da Madeira para com o povo ucraniano e sublinhou que a solidariedade europeia



deve ser um pilar inabalável, não apenas na assistência imediata, mas também na reconstrução de uma nação devastada. Neste sentido, manifestou a importância das políticas de coesão, observando que esta difícil experiência demonstra que mesmo pequenas regiões podem desempenhar um papel significativo no apoio às vítimas da guerra.

Coube, ainda, a Rubina Leal, em representação do Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, subscrever a Declaração de Apoio das Cidades e Regiões para a recuperação e reconstrução da Ucrânia, que conta assim com a partilha da Região Autónoma da Madeira. Este documento reforçou o compromisso dos seus signatários em apoiar a vontade da Ucrânia em se tornar um Estado-membro da União.



No dia 23 de janeiro de 2025, o Comité Permanente da CALRE pediu à União Europeia o reforço da política de coesão no Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 e “a sua descentralização dentro do princípio da subsidiariedade ativa praticado pela a União Europeia”. As regiões percebem os novos desafios que a União Europeia enfrenta,



nomeadamente nas áreas da defesa, da segurança, da competitividade económica e da transição digital, mas salientam que “as novas apostas não podem ser feitas à custa da redução das verbas dos fundos de coesão”, explicou José Manuel Rodrigues. O Presidente da CALRE recordou que “estes fundos contribuíram para o desenvolvimento da União Europeia desde a sua criação”, salientando, desta forma, a importância da manutenção deste apoio comunitário que ajudou a “reduzir as desigualdades entre as regiões mais ricas e as mais pobres”. “As regiões não aceitam de forma nenhuma que os programas e os fundos europeus fiquem centralizados nos Estados-membros ou nas instituições europeias”, sabendo que “54% do investimento público foi feito, até agora, pelas Regiões e pelos municípios”, disse.

A Assembleia Legislativa da Madeira presidiu à CALRE no ano de 2024. Este ano a presidência deve ser entregue ao Parlamento de Canárias. Astrid Pérez, Presidente do Parlamento canário, traçou como objetivos “o reforço do poder da CALRE, na sua articulação com as instituições europeias”, a “melhoria do trabalho conjunto das



Regiões, por forma a impulsionar o desenvolvimento das populações mais distantes dos centros de decisão da União Europeia”, “a construção de uma Europa de valores”, a “criação de soluções que



deem resposta à crise migratória, que também atinge as Canárias” e um projeto para a “construção de um escritório permanente da CALRE”, em Bruxelas.

A eleição da nova presidência da CALRE aconteceu na Assembleia Plenária, que se realizou, na parte da tarde, por videoconferência, transmitida pela CALRE TV, no canal do YouTube.

O Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira foi um dos apoiantes da candidatura de Canárias à presidência da CALRE, juntamente com os Parlamentos dos Açores, Italianos e de Espanha que manifestaram o apoio às propostas apresentadas por Astrid Pérez.

Carlo Borghetti, do Conselho Regional da Lombardia, foi um dos intervenientes no Comité Permanente da CALRE, onde defendeu uma reforma da CALRE que consagre uma “estrutura mínima física em Bruxelas” que dê apoio “às sucessivas presidências” desta associação, que reúne 69 Parlamentos regionais europeus com capacidade



legislativa. Para tal pediu o contributo de “todos os Parlamentos no financiamento de um secretariado permanente”, que, além de orientar as reuniões e os eventos, contribua para “fazer a memória histórica e o arquivo da CALRE”, bem como preste “um apoio logístico estável”. A representação italiana entende que esta é uma maneira de agilizar respostas, junto das instâncias europeias, para “os problemas das Regiões”.

O Presidente da Assembleia dos Açores, Luís Garcia, propôs a criação de um grupo de trabalho sobre “inteligência artificial e democracia”. O Governante açoriano justificou a reflexão aprofundada “com o acelerado desenvolvimento digital que traz novos desafios às instituições democráticas”. Propôs a definição de estratégias que garantam, no futuro, o normal funcionamento dos Parlamentos e das democracias.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA | CONFERÊNCIA DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS REGIONAIS EUROPEIAS

Já Roberto Ciambetti, do Conselho Regional do Vêneto (Itália), sugeriu um Grupo de Trabalho para a definição de políticas “para as regiões montanhosas e do interior” em nome da Região de Trentino Alto Adige. O objetivo é “pensar nas dificuldades de quem vive nestas localidades e traçar planos para a melhoria da qualidade de vida destas populações”, frisou.

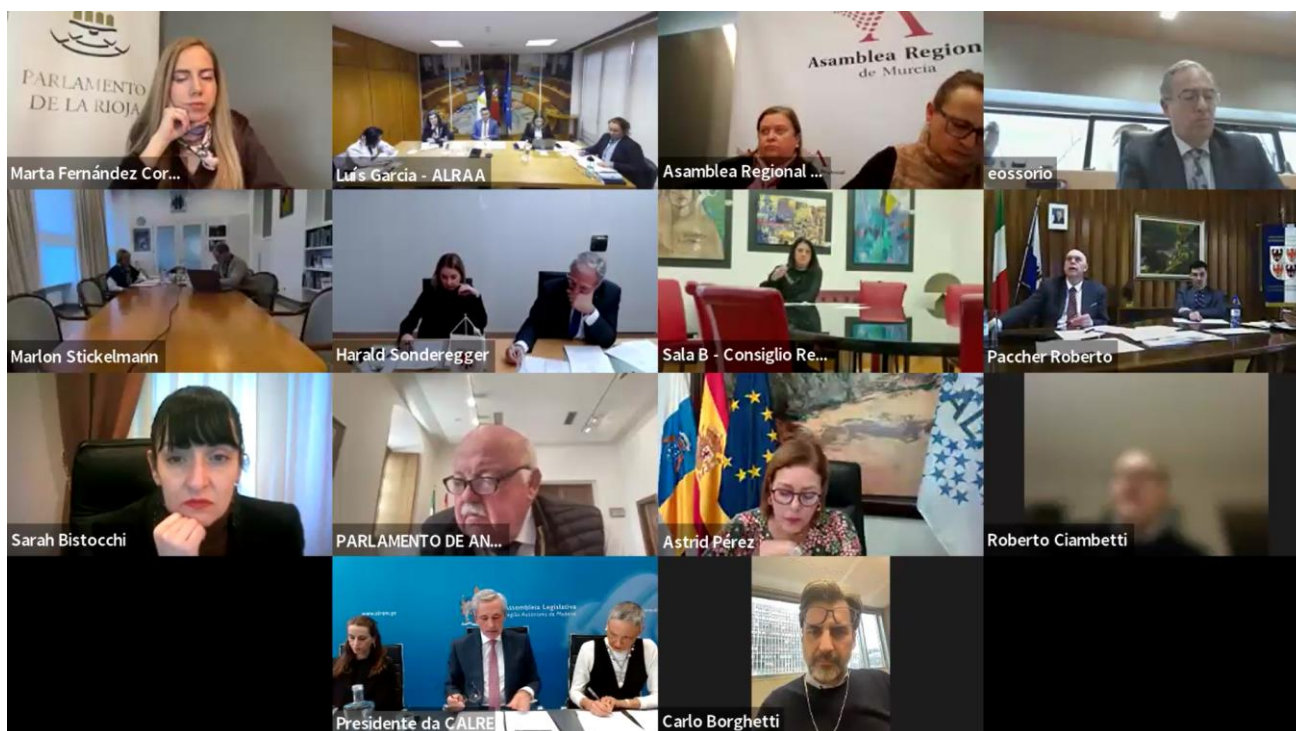


REUNIÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CALRE

Os membros da CALRE reforçaram a importância de um Grupo de Trabalho para debater “O futuro e a reforma da CALRE”, que será presidido pela Assembleia Legislativa da Madeira. A decisão reforçada na Assembleia Plenária surgiu na sequência da reunião da Comissão Permanente, onde os parlamentos regionais vincaram a urgência de dar mais impulso a esta associação de parlamentos com uma estrutura física e com um secretariado permanente. Cabe agora ao Parlamento madeirense apresentar um plano que dê corpo à ideia de “tornar a CALRE mais representativa junto da União Europeia”, com sede em Bruxelas, tendo em vista uma “participação ativa no processo legislativo europeu”, explicou o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA | CONFERÊNCIA DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS REGIONAIS EUROPEIAS



Os Parlamentos deram nota positiva ao trabalho do Parlamento madeirense à frente da CALRE, “dentro das circunstâncias políticas especiais que a Madeira atravessa desde há um ano”, aclarou José Manuel Rodrigues no final do encontro que aconteceu por videoconferência. “Foi possível, junto com o Comité Europeu das Regiões, sensibilizar as instituições europeias para as especificidades das Regiões Europeias e para o papel muito importante que têm na construção europeia”, venceu o líder madeirense.

A CALRE representa 69 parlamentos com capacidade legislativa e que tentam travar a ideia “de centralizar os programas e os fundos europeus nos Estados-membros ou nas instituições europeias. Neste momento essa capacidade de decisão é das próprias regiões e das autarquias e nós esperamos que assim continue”, salientou o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, que passou a Presidência da CALRE para o Parlamento de Canárias, mantendo a Vice-Presidência desta instituição, de acordo com os regulamentos.

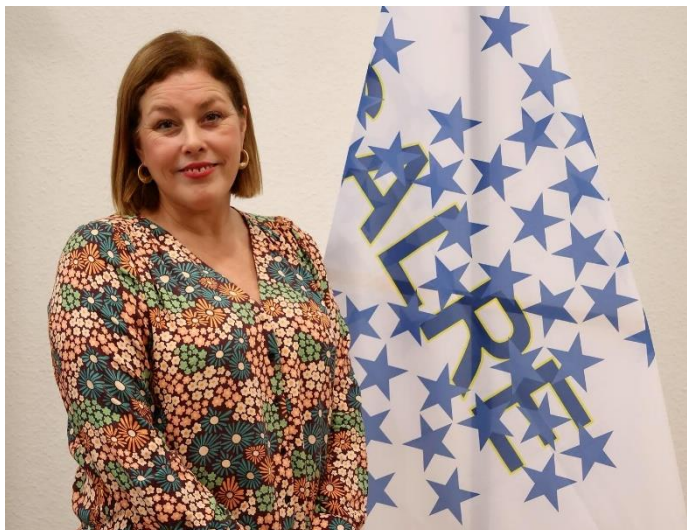
Astrid Pérez, a Presidente eleita, agradeceu a confiança por unanimidade, e prometeu defender “a descentralização do processo de tomada de decisão europeu”, centrada nos princípios de coesão



territorial e da subsidiariedade. Reforçou a importância de haver um escritório permanente em Bruxelas com um secretariado e para tal solicitou o empenho da Assembleia Legislativa da Madeira na concretização deste projeto.

CALRE pede mais solidariedade para o problema de imigração que se verifica nas Canárias

O Parlamento de Canárias presidiu, em 2024, ao Grupo de Trabalho sobre “Políticas de Migração”. Às ilhas Canárias chegam migrantes vindos de países como Marrocos, Senegal, Gâmbia e Mali. “A situação é alarmante, com uma crise migratória sem precedentes. Em 2023, chegaram 39.910 migrantes, um aumento de 154% em relação ao ano anterior”, explicou Astrid Pérez. “O número de embarcações que



chegam às ilhas também aumentou significativamente, de 350 em 2022 para 610 em 2023 e 506 em outubro de 2024. A rota tornou-se extremamente perigosa, sendo uma das mais mortais do mundo”.

“A situação dos menores estrangeiros não acompanhados, nas Ilhas Canárias, é realmente preocupante. Há quase 6.000 menores, o que representa metade de todos os que chegaram à Espanha no último ano e meio”, referiu a Presidente do Parlamento de Canárias que propôs um “Pacto Sobre Migração e Asilo”, que abranja toda a Europa. O relatório sugere a redistribuição dos requerentes de asilo, com regras claras de transferência de modo a dar dignidade às pessoas que



buscam no território europeu melhores oportunidades socioeconómicas. Recomenda, também, a criação de um mecanismo de solidariedade, com o objetivo de “alcançar uma distribuição mais justa de requerentes de asilo dentro do território europeu, com a participação de todos os Estados-Membros e com o financiando da distribuição”.

Este Grupo de Trabalho entende ser necessário criar legislação que garanta os “direitos dos requerentes de asilo e pessoas com status de proteção internacional. Os novos regulamentos devem concentrar-se no retorno ao território de origem daqueles que não têm o direito de permanecer na UE, bem como na redução do tempo necessário para os procedimentos de asilo e na garantia de que os requerentes atendem aos requisitos para permanecer em qualquer Estado-Membro”.

José Manuel Rodrigues coordenou, em 2023, este Grupo de Trabalho, numa altura em que começava a “emergir uma rota migratória de Marrocos, da Mauritânia, do Mali e do Senegal, a caminho das Ilhas Canárias”. Perante os novos dados, manifestou preocupação e pediu a intervenção da União Europeia através de “uma política de migração mais coesa e mais solidária”, em vez de “políticas nacionalistas que não levam a lado nenhum e que tendem a exportar o problema e não a resolvê-lo”, concluiu.

Cortes de Castela - La Mancha apresentaram Grupo de Trabalho sobre “Acessibilidade para pessoas com deficiência”

As Cortes de Castela - La Mancha deram um novo passo no desenvolvimento de um Grupo de Trabalho sobre acessibilidade universal para pessoas com deficiência. O presidente do Parlamento Autónomo, Pablo Bellido, participou na reunião anual da CALRE, onde apresentou o plano de ação deste Grupo de Trabalho e pediu a participação de todos os parlamentos com vista a “compartilhar experiências e explorar avanços”, nesta área social. Nesse sentido, foi enviado um questionário e um texto a todos os parlamentos. No ano de 2024 não foi desenvolvido qualquer trabalho, no



entanto Pablo Bellido destacou dados que revelam a urgência de debater estratégias para ajudar as pessoas com deficiência.

“De acordo com o Conselho da Europa, até 2022, 27% da população da União Europeia com mais de 16 anos terá algum tipo de deficiência, o que representa 101 milhões de pessoas, ou um em cada quatro adultos (dados EUROSTAT). As investigações indicam que é mais fácil ter uma deficiência com o aumento da idade, de modo que



52,2 por cento de todas as pessoas com deficiência na União Europeia têm 65 anos ou mais. Há também uma diferenciação de género nas estatísticas e em todos os Estados-Membros. A percentagem de mulheres com deficiência é maior do que a de homens. A média da UE é de 29,5% da população feminina com alguma forma de deficiência, em comparação com 24,4% dos homens”.

O Presidente das Cortes de Castela e La Mancha referiu, no texto enviado, que “por todas estas razões, é conveniente transformar este grupo de trabalho num fórum de discussão e análise para diagnosticar a situação inicial dos parlamentos regionais presentes na CALRE em termos de acessibilidade, para servir como espaço de troca de experiências, e ser um quadro de referência para o diálogo com organizações de pessoas com deficiência, de modo a contribuir para canalizar as suas reivindicações para outras administrações e organizações”.

Este grupo de trabalho tem os seguintes objetivos:

- Recolher informação sobre a situação da acessibilidade universal nos parlamentos regionais representados na CALRE, através de um questionário de recolha de informação sobre barreiras arquitetónicas, a presença ou ausência de representantes políticos ou trabalhadores com



deficiência nos parlamentos e a existência de comissões que trabalhem especificamente nesta área, entre outras questões.

- Realizar um diagnóstico, tendo em conta a informação recebida, que permita ter uma ideia da situação inicial dos parlamentos em termos de acessibilidade.
- Estabelecer contactos e alianças com organizações representativas de pessoas com deficiência, tanto a nível nacional como europeu, para definir em conjunto os padrões mínimos que os parlamentos devem atingir em termos de acessibilidade.
- Criar um espaço onde os parlamentos regionais da Europa possam trocar experiências e propostas sobre acessibilidade e promover legislação e políticas para pessoas com deficiência.
- Organizar um Fórum Interparlamentar sobre Deficiência e Acessibilidade a nível europeu. Este fórum servirá como um lugar para reunir, debater e trocar ações e políticas sobre deficiência e acessibilidade, culminando em compromissos de ação.
- Consolidar o Grupo de Trabalho como um interlocutor válido junto das instituições europeias, capaz de transferir a visão e o trabalho dos parlamentos regionais sobre deficiência e acessibilidade para as políticas a implementar.

Pablo Bellido Acevedo sugeriu uma reunião do Grupo de Trabalho e realização de um fórum para apresentar os resultados obtidos, trocar experiências e assumir compromissos sobre acessibilidade.

Este encontro deve acontecer em outubro, na cidade espanhola de Toledo.



Assembleia Regional de Múrcia apresentou conclusões sobre do Grupo de Trabalho “Desenvolvimento Sustentável e Água”

Devido a problemas de saúde a Presidente da Assembleia Regional de Múrcia, Visitación Martínez, remeteu a apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho sobre “Desenvolvimento Sustentável e Água” para a Presidente do Parlamento de Canárias, Astrid Pérez.

“A Região de Múrcia, rica em história e cultura, enfrenta o desafio de conciliar o desenvolvimento económico com a preservação do nosso ambiente natural. A água, um recurso precioso que sustenta a vida, um recurso necessário e, infelizmente, escasso, tornou-se um dos elementos-chave nesta equação”, pode ler-se na introdução do relatório apresentado.

“O sudeste da Espanha é caracterizado por uma sazonalidade acentuada e uma escassez de água que piora a cada ano. Isto é confirmado pelos dados disponíveis: a Região de Múrcia tem uma precipitação média inferior a 300 milímetros, com uma média de mais de 3.100 horas de sol - números que são piores no ano de 2023, com uma média de 197 mm na Região de Múrcia, em comparação com a média nacional de 536 mm”.

Perante esta realidade, Astrid Pérez, que também participou neste grupo de trabalho, adiantou como conclusões a necessidade de reforçar as estações de tratamento e reutilização de águas residuais. “Hoje a Região de Múrcia tem mais de 100 estações de tratamento capazes de depurar mais de 99% das suas águas residuais, o que permite reutilizar 98% dos seus recursos”. Esta aposta, que serve de exemplo, coloca Múrcia na liderança mundial no tratamento das águas residuais, que



resulta não só do avanço tecnológico, como “da vontade política firme e o compromisso com os



cidadãos de promoção de hábitos responsáveis de consumo de água”, onde governos, empresas, universidades, investigadores e sociedade civil têm tido um papel fundamental.

Desde o início da Legislatura a Assembleia Regional de Múrcia debateu cerca de 50 iniciativas relacionadas com a água e com as infraestruturas hídricas, sendo que a agricultura tem sido um dos sectores mais beneficiados desta política hídrica, graças à reutilização da água. “O sector agrícola dispõe de 120 hectómetros cúbicos por ano, o que representa 15% dos recursos necessários”.

Por isso os parlamentos espanhóis pretendem fomentar mais “medidas legislativas que favoreçam o aproveitamento das águas residuais, eliminando ou modificando aquelas que impedem a poupança da água.

Ficou, também, o apelo à prática da “cogovernança e a aliança entre as administrações públicas, as empresas, as universidades, os investigadores e a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias de desenvolvimento sustentável e de água”. Assim como é pedido “o fomento da investigação e a introdução contínua de novas tecnologias, incluindo a inteligência artificial, não só para o tratamento das águas, mas também para a sua aplicação no setor agrícola naquelas regiões que oferecem uma fuga hídrica”.

A Assembleia Regional da Múrcia recomendou, ainda, a realização de Planos Estratégicos que garantam a Sustentabilidade, e a promoção de infraestruturas hidráulicas, como de transferências de água, para complementar o tratamento de água em áreas com baixa pluviosidade e escassez de água.



Conselho Regional da Lombardia apresenta conclusões do Grupo de Trabalho sobre a “Saúde na Europa”

Carlo Borghetti, Conselheiro do Conselho Regional da Lombardia, explicou as conclusões do Grupo de Trabalho sobre as desigualdades em Saúde, que começou antes da pandemia. “Ao longo destes anos foram identificados 7 principais fatores que criam desigualdades nos serviços sociais-saúde: território de residência, renda, idade, condições de trabalho, doenças negligenciadas, cidadania estrangeira e gênero (com referência às desigualdades vividas pelas mulheres também na saúde).



Formam comparadas as melhores práticas adotadas pelas regiões para fazer face à pandemia e às novas desigualdades criadas após a crise socioeconómica, pelo que foi diagnosticada a necessidade de integrar os serviços hospitalares com os serviços sociais, de modo a alcançar uma sociedade mais coesa e uma melhor saúde, que é também a base de um bom desenvolvimento económico.

Este grupo de trabalho vai continuar em 2025 com o propósito de “trabalhar o tema do relançamento dos cuidados de saúde territoriais para melhorar as respostas de saúde.” Tem, ainda, o objetivo de ajudar no “desenvolvimento de uma União Europeia mais forte, que assuma um novo papel de impulso e coordenação, também, no que diz respeito à Saúde.



Assembleia Legislativa dos Açores vai trabalhar temática “eDemocracia na Era da Inteligência Artificial”

O Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores viu aprovada a criação de um grupo de trabalho para refletir a temática da “eDemocracia na Era da Inteligência Artificial”. “Surge como um desafio que todos nós vamos enfrentando no nosso dia a dia e nas nossas instituições, que é o desafio digital”, começou por enquadrar Luís Garcia. De acordo com o Presidente Açoriano, os Estados, as Regiões e as instituições como a CALRE devem promover a cooperação, através dos Parlamentos, na criação de estratégias comuns para “lidar com questões como a Inteligência Artificial, a cibersegurança e a governança dos dados”.

O grupo de trabalho terá como missão refletir e fortalecer “a base das democracias na era digital”, procurando que todos os processos onde participam todos os cidadãos europeus sejam processos democráticos, transparentes, acessíveis a todos, baseados na verdade e que não deixem ninguém de fora”, aclarou Luís Garcia.

Conselho Regional de Trentino cria grupo para refletir sobre “Problemas das Áreas Montanhosas e do Interior”

Roberto Paccher, Presidente do Conselho Regional de Trentino Alto Adige Sudtirol, propôs a criação de um grupo de trabalho para pensar “Problemas das Áreas Montanhosas e do Interior”, com o objetivo de desenvolver políticas de conservação ambiental, gestão dos recursos naturais e de mobilidade nas zonas mais distantes das grandes cidades.





“Estas realidades exigem um estudo aprofundado porque, dadas as características geográficas, estas regiões correm o risco de despovoamento”, justificou o governante italiano, que pediu a melhor das atenções dos parlamentos regionais europeus para a busca de soluções para os problemas comuns às diferentes regiões, focando as atenções nas áreas de “conservação ambiental, na gestão dos recursos naturais, principalmente da água, na mobilidade, porque viver na montanha tem dificuldades e exige mais investimento, e na criação de serviços públicos para atender a quem vive fora dos grandes centros ou nas zonas mais isoladas”.

Astrid Pérez, eleita presidente dos parlamentos regionais da Europa

“A política de coesão é o instrumento mais eficaz para manter o estatuto específico dos territórios mais isolados do continente”. Pérez torna-se a primeira mulher das Canárias a presidir à CALRE.

A Presidente do Parlamento das Canárias, Astrid Pérez, foi eleita por unanimidade Presidente da CALRE para o ano de 2025. Tornar-se-á na primeira mulher nas Canárias a presidir a este organismo internacional. A votação decorreu no âmbito da celebração da Assembleia Plenária deste organismo internacional. “É uma honra representar os meus colegas presidentes e os presidentes de todos os



Parlamentos europeus”, começou por dizer a Presidente Canária, que foi a primeira a reconhecer o apoio dos representantes das Câmaras Autónomas espanholas, que propuseram a sua candidatura. Astrid Pérez defendeu a necessidade de garantir que “as nossas regiões são coparticipantes na adoção de decisões de relevância europeia”, e insistiu ainda que “a política de coesão é o instrumento mais eficaz para manter o estatuto específico dos territórios mais remotos” do continente”. Na sua intervenção, a Presidente salientou que presidirá à CALRE com o objetivo primordial de fortalecer a democracia europeia e os valores que serviram de base à fundação da



União, preservando a coexistência, a tolerância e as singularidades territoriais. Sobre as Canárias, Astrid Pérez afirma que “a Europa deve continuar a compensar as perdas que assume por ser uma região ultraperiférica”, aspeto que “deve refletir-se no Quadro Financeiro para o período 2027-2033”. Destacou a necessidade de “defender e consolidar a descentralização e estabelecer um compromisso de unidade nas decisões relativas à singularidade dos territórios”. Em relação à situação atual das redes de comunicação, a Presidente da CALRE afirmou que "A Inteligência Artificial e as tecnologias marcam uma nova era no panorama socioeconómico global e europeu e a Conferência deve ter uma estratégia de defesa dos seus cidadãos". A concluir, Astrid Pérez convidou todos os representantes das Assembleias e Parlamentos da CALRE a colaborarem em conjunto no progresso da Europa e das regiões.